



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

DISCURSO PROFERIDO PELO REITOR
Prof. Doutor C. M. Passos Morgado
POR OCASIÃO DAS CERIMÓNIAS
DO DIA DA UNIVERSIDADE

Covilhã e UBI, em 30 de Abril de 1994

Senhora Ministra da Educação, Excelência

*Senhores Embaixador de Israel e Ministro Conselheiro Encarregado de
Negócios da Embaixada da Polónia, Excelências*

Senhor Bispo da Guarda, Excelência Reverendíssima

*Senhor Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, Engenheiro Luís
Guimarães Lobato*

Senhores Governadores Cívicos da Guarda e de Castelo Branco

Senhores Presidentes das Câmaras Municipais da Covilhã e de Belmonte

*Senhores Reitores, Vice-Reitores e seus Representantes das Universidades
de Aveiro, Minho, Évora, Madeira, Católica, Cracóvia, Poznan, Bialystok*

*Senhores Presidentes e seus Representantes dos Institutos Politécnicos da
Guarda, Viana do Castelo e Castelo Branco*

Exmas. Autoridades Cívicas, Militares, Judiciais e Académicas

Senhores Professores

Senhores Assistentes

Senhor Presidente da Associação Académica

Senhores Funcionários

Senhores Estudantes

Minhas Senhores e Meus Senhores

Agradeço a Vossas Excelências, em meu nome pessoal e no da Instituição que represento, o facto de se terem querido associar às comemorações do Dia da Universidade da Beira Interior que hoje celebramos, e apresento a todos as mais calorosas saudações e os melhores desejos de boas vindas a esta casa.

A Vossa Excelência, Senhora Ministra da Educação, quero dirigir uma palavra de muito apreço e de profundo reconhecimento por se ter dignado participar nestas cerimónias.

A presença de Vossa Excelência constitui uma honrosa distinção para todos os que trabalham nesta Universidade e representa um poderoso incentivo ao esforço que temos vindo a prosseguir no sentido do seu desenvolvimento — desenvolvimento que consideramos factor fundamental para o progresso da Região em que ela se insere e, conseqüentemente, também de Portugal. Por outro lado, a presença de Vossa Excelência traz-nos ainda a esperança de podermos vir a contar com os meios indispensáveis ao integral cumprimento da missão que nos foi confiada e em que tanto nos temos empenhado.

Uma palavra de agradecimento é devida também ao Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, que só por razões de última hora não pôde estar presente nesta Sessão.

Aos Senhores Embaixador de Israel e Ministro Conselheiro Encarregado de Negócios da Embaixada da Polónia agradeço a sua honrosa participação nestas comemorações.

A Vossa Excelência Reverendíssima, Senhor Bispo da Guarda, quero agradecer-lhe o empenhamento que sempre tem dispensado aos problemas desta Universidade.

Dirijo ainda uma palavra de especial simpatia e apreço à ilustre delegação de Reitores, Vice-Reitores e Professores das Universidades Polacas que ao honrar-nos com a sua presença nestas cerimónias, demonstram, de uma forma inequívoca, o seu empenho no estreitamento das relações científicas e culturais entre a Polónia e Portugal.

Quero, finalmente, testemunhar, muito sensibilizado, ao Senhor Engenheiro Luís Guimarães Lobato, ilustre Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, o nosso reconhecimento pela distinção que nos concede ao participar nesta Sessão Solene.

1 - INT

É nas
de Abr
desta l
Na Ses
analisa
Simult
a empr
Em cc
i) Plan
Unidac
Geral
discen
índole
XXI; vi
ção da

1 - INTRODUÇÃO

É nas Sessões Solenes comemorativas do Dia da Universidade — em 30 de Abril — que é feito o balanço anual dos acontecimentos mais relevantes desta Instituição que tiveram lugar nos 12 meses transactos.

Na Sessão de hoje, em que se celebra o 8º Aniversário, será, por conseguinte, analisado o período compreendido entre 1 de Maio de 93 e 30 de Abril de 94. Simultaneamente, serão apresentadas as medidas a tomar e as acções a empreender, imprescindíveis ao normal desenvolvimento da Universidade. Em conformidade, abordarei na minha exposição os seguintes tópicos: i) Plano de Desenvolvimento da UBI; ii) Necessidade de construção da Unidade Científico-Pedagógica das Ciências da Engenharia e da Biblioteca Geral e Serviços Gráficos; iii) Sobre os orçamentos de 1994; iv) Corpo discente, corpo docente e corpo não docente; v) Actividades correntes de índole académica; vi) Investigação, Programa Ciência e Programa Praxis XXI; vii) Massificação do ensino e degradação da sua qualidade; viii) Avaliação das Universidades; ix) Apoio social aos estudantes.

2 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA UBI

A existência de um Plano de Desenvolvimento devidamente aprovado é fundamental para se poder levar a cabo a construção desta Universidade. Esse Plano, por nós entregue em Fevereiro de 1993, foi aprovado na sua globalidade, publicamente, pelo Senhor Ministro da Educação, Eng^o António Fernando Couto dos Santos, há precisamente um ano, nesta mesma sala.

No entanto, constata-se já, neste momento, alguns desvios que esperamos possam ser corrigidos ainda no corrente ano com verbas do próximo **Quadro Comunitário de Apoio**.

Prevê-se no Plano de Desenvolvimento da UBI, desde 1994 até 1999, a realização das seguintes acções: i) Conclusão da Reitoria e Serviços Centrais; ii) Conclusão do Centro de Informática; iii) Construção da Unidade Científico-Pedagógica das Ciências da Engenharia; iv) Construção da Biblioteca Geral e Serviços Gráficos; v) Construção de residências para estudantes, com uma capacidade global de cerca de 700 camas; vi) Construção das instalações do Aprovisionamento Geral dos Serviços de Acção Social; vii) Construção da Sede dos Serviços de Acção Social; viii) Ampliação da Unidade Científico-Pedagógica das Ciências Sociais e Humanas.

O custo global destes empreendimentos, incluindo mobiliário e equipamento de escritório, bem como os equipamentos laboratoriais e computacionais de interesse didáctico foi estimado, a preços de 1993, em cerca de 8 550 000 c.. Mas, para além destes empreendimentos, e tendo mesmo em vista a concretização de alguns deles, é indispensável, tal como se prevê no Plano de Desenvolvimento, a aquisição de alguns terrenos e edifícios situados nos Pólos I e II da UBI, cujo valor se estima em cerca de 450 000 c..

Para
globa
de 1
fundi
Em 1
para
estir
efeito
globa
PIDD
I, pa
das
apres
Como
150 C
curso
a efei
Acres
conte
de 20
destin
âmbit

(1) Deste
Acção !

Para a realização dos objectivos expostos é necessário um montante global de 9 000 000 c.⁽¹⁾, o que dá, de 1994 a 1999, uma média anual de 1 500 000 c.. Espera-se que este montante nos seja disponibilizado, fundamentalmente, através do PRODEP II.

Em 1994, contudo, em vez de 1 500 000 c., a UBI necessita efectivamente para as obras previstas no Plano de Desenvolvimento, e tal como nele se estimara, de 1 420 000 c.. Ora, neste momento, a verba disponível para o efeito, após aplicação da cláusula de reserva de convergência, é globalmente de 1 083 000 c. (466 757 c. do PIDDAC da UBI; 188 000 c. do PIDDAC dos Serviços de Acção Social; 381 000 c. como reforço do PRODEP I, parte do qual ainda não foi disponibilizado; 48 000 c. provenientes das propinas), pelo que relativamente às suas necessidades, a UBI apresenta um défice de 335 000 c..

Como adiante referirei em pormenor, destes 335 000 c., cerca de 150 000 c. dizem respeito a compromissos já assumidos, com obras em curso, e 185 000 c. têm a ver com novas acções que é indispensável levar a efeito ainda em 1994.

Acresce, por outro lado, que para além dos 9 000 000 c. acima referidos, se contempla no Plano de Desenvolvimento a necessidade de uma verba de 2 000 000 c., durante os mesmos 6 anos, para a aquisição de equipamento destinado à investigação, contando-se que a mesma nos seja atribuída no âmbito do Programa Praxis XXI.

⁽¹⁾ Deste montante, cerca de 1 200 000 c. destinam-se como se verá adiante, aos Serviços de Acção Social.

3 - NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA DAS CIÊNCIAS DA ENGENHARIA E DA BIBLIOTECA GERAL E SERVIÇOS GRÁFICOS

Como é do conhecimento do Ministério da Educação, a UBI encontra-se consideravelmente deficitária em área construída, pois apesar de ter, neste momento, 3 700 alunos, os espaços existentes, em condições normais, não chegam para comportar 3 000. A nossa capacidade encontra-se, pois, excedida em 25%, sendo a área das engenharias a mais afectada.

De facto, a Unidade Científico-Pedagógica das Ciências da Engenharia, apesar de ser a de maior significado e dimensão, quer em número de cursos e alunos, quer em número de docentes, não dispõe das condições que lhe permitam criar profissionais com a qualidade que seria desejável, capazes de enfrentar os desafios do futuro.

Será de referir que de entre os vários cursos de Engenharia aqui ministrados, só os de Têxtil e Papel dispõem de instalações próprias e se encontram razoavelmente equipados. A situação preocupa-nos grandemente, até porque a inscrição dos nossos licenciados na Ordem dos Engenheiros está dependente do reconhecimento da qualidade pedagógica e científica de ensino ministrado, receando nós que as deficiências que enfrentamos possam constituir obstáculo a esse reconhecimento. Sendo a UBI essencialmente uma escola de engenharia, chega a ser incompreensível que a respectiva Unidade Científico-Pedagógica não disponha ainda das instalações e dos equipamentos indispensáveis ao seu regular funcionamento. Chamo por isso, mais uma vez, a atenção para a necessidade de se proceder urgentemente à construção e ao apetrechamento, tanto a nível didáctico como de investigação, da Unidade Científico-Pedagógica das Ciências da Engenharia a fim de podermos dispor de uma Escola de Engenharia digna

desse nome, susceptível de ombrear com as suas congéneres nacionais e estrangeiras.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento, a verba total estimada para a instalação integral da Unidade Científico-Pedagógica das Ciências da Engenharia, incluindo equipamento laboratorial e mobiliário, a preços de 1993, é de 5 700 000 c..

Em face do exposto, solicito o apoio da Senhora Ministra da Educação para que seja dada grande prioridade à construção e ao apetrechamento desta Unidade.

Como primeiro passo nesse sentido pretende-se dar início, ainda no corrente ano, às seguintes acções: i) Adaptação da Fábrica Ernesto Cruz, onde ficará instalado um complexo de salas de aula e gabinetes destinado à leccionação dos vários cursos de Engenharia. Estima-se que a intervenção a realizar neste edifício, cujo projecto já está concluído, importe em cerca de 300 000 c. a que haverá que acrescentar mais 60 000 c. para equipamento e mobiliário de escritório; ii) Recuperação de um dos edifícios da Empresa Transformadora de Lãs, onde ficarão instalados alguns laboratórios da Unidade Científico-Pedagógica das Ciências da Engenharia, afectos ao ensino e à investigação. Estima-se que as obras importem em 320 000 c., a que haverá que acrescentar mais 160 000 c. destinados ao mobiliário e equipamento laboratorial e computacional. O projecto arquitectónico da recuperação deste edifício está em fase adiantada de conclusão.

Para cada uma destas acções, cuja urgência já foi reconhecida pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, necessita-se, no corrente ano, da verba de 80 000 c..

Se não for dada atenção especial às necessidades desta Universidade, no âmbito das engenharias, entraremos a curto prazo em rotura, não só pela exiguidade do espaço, mas sobretudo pela carência de instalações laboratoriais.

Por outro lado, como várias vezes tenho referido, impõe-se a construção do edifício da Biblioteca Geral e dos Serviços Gráficos o mais urgentemente possível, pois trata-se de um instrumento indispensável para se combater o insucesso escolar que se verifica na UBI.

Em conformidade, há que adquirir ainda no ano em curso o terreno previsto para o efeito (incluindo o edifício fabril nele implantado), necessitando-se para isso da verba de 25 000 c..

Em resumo, para as novas acções a lançar ainda em 1994, e previstas no Plano de Desenvolvimento, torna-se necessário que a UBI seja dotada da verba de 185 000 c..

Por várias razões, que não interessa explicar neste momento, têm sido grandes as dificuldades enfrentadas na implantação e desenvolvimento da UBI.

Será de referir, a propósito, que o investimento global feito até hoje, nesta Universidade, é de longe inferior ao realizado nas suas congéneres, encontrando-se, por isso, comparativamente, numa posição de desvantagem, quer em instalações e equipamentos, quer em número de cursos, docentes e alunos.

Para se ultrapassar esta situação, a UBI deverá merecer, nos próximos anos, um tratamento preferencial por parte do Governo, assumido como decisão política e, por isso, à margem de indicadores que, quando invocados como critério decisório, só têm contribuído para acentuar as assimetrias entre Instituições.

É prioritário e indispensável homogeneizar a capacidade das nossas Instituições de Ensino Superior e definir as respectivas áreas de influência. Em nossa opinião, o número de estabelecimentos de Ensino Superior, públicos e privados, incluindo a Universidade Católica, hoje existentes em Portugal, é mais do que suficiente para uma cobertura eficaz de todo o país, importando, agora, fundamentalmente dar-lhes condições para se desenvolverem e afirmarem.

Em nosso entender, a criação de novos estabelecimentos ou a disseminação dos já existentes pelas áreas de influência natural de outros é uma medida puramente demagógica com elevados encargos para o erário público, mais parecendo ter em vista a satisfação de ambições e caprichos de carácter restrito do que o interesse nacional.

4 - SOBRE OS ORÇAMENTOS DE 1994

Até 1993 os orçamentos de funcionamento das universidades eram calculados com base num simples critério incrementalista, adicionando-se ao orçamento do ano anterior uma determinada percentagem deste mesmo orçamento, o que trazia, como é óbvio, significativos prejuízos, em termos relativos, às instituições que vinham sendo sub-financiadas. O Senhor Professor Pedro Lynce, ainda como Director-Geral do Ensino Superior, ciente da injustiça e da incorrecção deste procedimento, empenhou-se fortemente na sua alteração; e assim, na sequência de um longo trabalho produzido pelo Ministério da Educação, com a activa participação do CRUP e do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos, dispõe-se hoje de uma fórmula de financiamento que permitirá, doravante, o cálculo dos orçamentos através de um critério transparente e mais objectivo.

Esta fórmula — que naturalmente terá de sofrer as alterações que a experiência venha a aconselhar — já foi utilizada no cálculo dos montantes orçamentais de cada universidade para 1994; no entanto, os valores assim determinados tiveram de ser corrigidos por se reconhecer necessário que a convergência para os orçamentos normais terá de ser feita gradualmente, num período máximo de 5 anos.

De acordo com aquela fórmula, dever-nos-ia ter sido atribuído o montante de 1 986 000 c.; no entanto, em face da convergência anteriormente referida,

foi-nos fixado, para funcionamento, o orçamento global de 1 853 318 c., ou seja, menos 132 700 c. que o orçamento considerado como normal.

Habitados às restrições a que temos estado sujeitos, considerámos que o orçamento atribuído permitiria o funcionamento da UBI em 1994 sem grandes sobressaltos. Contudo, a cativação de 5% determinada pelo Decreto de execução orçamental, implicando uma redução de 87 735 c., agravada com o encargo suplementar de 42 500 c. resultante do aumento de vencimentos da função pública, cria-nos uma situação insustentável.

No âmbito do financiamento do PIDDAC da UBI encontram-se em curso as seguintes obras: Reitoria e Serviços Centrais, Centro de Informática e Polidesportivo, os quais ficarão concluídos no decurso do corrente ano.

O montante global necessário à conclusão destes projectos, incluindo IVA, revisões de preços e trabalhos a mais, ascende a 523 550 c.. Ora, o orçamento que nos foi atribuído para o efeito é de 496 550 c. o qual, após aplicação da cláusula de reserva de convergência, (cerca de 30 000 c.), ficará reduzido a 466 757 c.. Há, pois, um défice de 57 000 c., dos quais 40 000 c. se referem à Reitoria e Serviços Centrais e 17 000 c. ao Polidesportivo.

Através do PRODEP I assumiu a UBI vários compromissos, alguns dos quais ainda não pôde satisfazer, por não terem sido disponibilizadas oportunamente as verbas previstas para o efeito. De facto, do montante global que nos foi atribuído, faltam ainda ser processados 278 078 c.. O atraso verificado nestes processamentos arrasta-se há alguns meses o que nos está a causar problemas, como é do conhecimento de Vossa Excelência. No âmbito do PIDDAC dos Serviços de Acção Social, encontram-se em curso as seguintes obras: i) "Meia" residência feminina com a capacidade

de 96 camas⁽²⁾; ii) "Meia" residência masculina com a capacidade de 80 camas⁽²⁾; iii) Aprovisionamento Geral; iv) Sede dos Serviços de Acção Social. O montante global destas obras, cuja conclusão se prevê ainda no corrente ano, ascende, com IVA, revisão de preços e muros de suporte, a 517 223 c.. Uma vez que, após aplicação da cláusula de reserva de convergência, as verbas do PIDDAC de 93 e 94 atribuídas para o efeito, acrescidas da contribuição proveniente das propinas, só atingem 424 158 c., torna-se necessário um reforço de 93 065 c..

Em conclusão, no âmbito da situação orçamental referente a 1994, são os seguintes os problemas mais significativos desta Universidade a necessitar do apoio empenhado de Vossa Excelência, Senhora Ministra: i) Devolução do montante de 87 735 c. correspondente à cativação de 5% atrás referida; ii) Atribuição dos seguintes reforços: 42 500 c. para se fazer face ao aumento de vencimentos e 57 000 c., possivelmente através do PRODEP II, para se proceder à satisfação dos encargos com as obras da UBI em curso; iii) Disponibilização, com a urgência possível, do montante de 278 078 c. atribuído através do PRODEP I; iv) Concessão do reforço de 93 065 c., eventualmente, através do PRODEP II, para se proceder à satisfação dos encargos com as obras em curso dos Serviços de Acção Social.

Para além destes reforços destinados ao regular funcionamento da UBI e à satisfação de compromissos já assumidos, torna-se ainda indispensável, como atrás se referiu, um reforço de 185 000 c., para as novas acções a lançar ainda em 1994.

⁽²⁾ A UBI dispõe de um projecto-tipo para as residências, constituído por dois módulos, tendo um deles a capacidade de 96 camas e o outro de 80.

5 - CORPO DISCENTE, CORPO DOCENTE E CORPO NÃO DOCENTE

O número de alunos da UBI no ano lectivo de 1992/93 foi de 3 350; no corrente ano é de 3 700 tendo havido, portanto, um aumento de 350 alunos, ou seja, em termos percentuais, um aumento de 10,5%. Prevê-se que o acréscimo no número de alunos se mantenha ou seja mesmo superior nos próximos anos, o que trará como consequência que a UBI, em Outubro do ano 2 000, tenha mais de 6 000 alunos. Refira-se que os “numeri clausi” para 1993/94 foram de 705 alunos; e os já propostos para o ano lectivo de 1994/95, são de 725. A estes haverá que acrescentar os alunos que irão frequentar os cursos de mestrado já existentes, bem como os que se planeiam criar até Outubro de 1994.

Actualmente são 268 (249 em equivalente a tempo integral), os docentes da UBI o que dá um ratio **aluno/docente** igual a 13,8 ⁽³⁾. Destes docentes, 103 são doutorados, 75 assistentes, 89 assistentes estagiários e 1 é monitor. O ratio **docente não doutorado/docente doutorado** é pois, 1,6.

Dos 103 doutores, 83 pertencem à própria universidade e 20 são docentes de outras universidades que aqui se deslocam regularmente para proceder à leccionação de determinadas disciplinas e à orientação de actividades de investigação.

Dos 75 assistentes, 43 têm mestrado ou provas de aptidão pedagógica e capacidade científica e 33 estão em fase adiantada de doutoramento. Dos 89 assistentes estagiários, 58 estão a frequentar mestrados ou a preparar provas de aptidão pedagógica e capacidade científica.

Estes dados situam a UBI numa posição relativamente favorável, a nível nacional, quanto à qualidade do corpo docente que nela lecciona.

⁽³⁾ Este ratio sobe para 14,9 se o calcularmos com base no número de docentes em regime equivalente a tempo integral.

Aproveitamos a oportunidade para, mais uma vez, sublinhar que, face à escassez de pessoal doutorado em Portugal, a UBI recorreu à contratação de doutorados estrangeiros, medida que lhe permitiu dar um salto apreciável, quer na qualidade do ensino, quer no desenvolvimento das actividades de investigação.

Mas devemos esclarecer, em abono da verdade, que o recurso a docentes estrangeiros tem, no nosso caso, não só vantagens, mas também inconvenientes, de que destacamos: i) Não ser possível a muitos deles, numa fase inicial, leccionar em português, mas sim em inglês, aliás, a língua adoptada no seio da comunidade científica; ii) Ser-lhes difícil, por não dominarem a realidade portuguesa, participar activamente em tarefas administrativas e de gestão.

O primeiro inconveniente tem sido ultrapassado através de uma correcta integração em equipe de docentes estrangeiros e portugueses e institucionalizando cursos de português para docentes estrangeiros, bem como cursos de inglês para os nossos alunos, sendo os resultados satisfatoriamente positivos.

O segundo inconveniente tem como consequência uma sobrecarga de trabalho nos domínios administrativo e de gestão num número restrito de pessoas, até porque, nestes domínios, é também reduzida a experiência dos nossos jovens doutorados. Resulta, em conformidade, que a UBI, apesar da qualidade das suas actividades científicas e pedagógicas, enfrenta problemas de liderança a nível da gestão dos seus Departamentos.

A contratação de docentes estrangeiros, que mereceu de início algumas incompreensões, é afinal critério seguido em muitas universidades e está de acordo com o espírito universalista que sempre inspirou estas instituições. Como caso paradigmático, podemos citar, hoje em dia, as grandes universidades norte-americanas cujo corpo docente, contratado com base no valor do curriculum científico, é oriundo dos vários cantos do mundo. E é,

naturalmente, nesta abertura aos melhores que radica a essência do desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Unidos da América. Quanto ao corpo não docente, é o mesmo constituído por 278 funcionários, dos quais 90 desempenham actividades nos Serviços de Acção Social. Destes 278 funcionários, 37% estão contratados por ajuste verbal ou a termo certo, procedimentos que consideramos como os mais adequados para se satisfazerem, de um modo expedito, as nossas necessidades imediatas.

Considerando apenas o pessoal que desempenha funções na Universidade, o ratio **aluno/funcionário** é de 19,7 e o ratio **funcionário/docente** é 0,70, valores desfavoráveis para a UBI quando comparados com os padrões considerados normais.

6 - ACTIVIDADES CORRENTES DE ÍNDOLE ACADÉMICA

Durante o ano de 1993 foi aprovada a Licenciatura em Economia, o Mestrado em Gestão e o Doutoramento em 16 áreas científicas. A licenciatura e o mestrado entraram em funcionamento em Outubro do corrente ano lectivo, sendo as vagas, de 50 e 35 alunos, respectivamente.

Presentemente está a proceder-se à reformulação do Plano de Estudos da Licenciatura em Física Aplicada (Ramo Óptica, especialidade Optometria) por forma a introduzirem-se-lhe as alterações aconselháveis pela experiência entretanto colhida. No âmbito desta licenciatura prosseguem, por outro lado, os estudos com vista ao lançamento da especialidade em Óptica-Tecnológica. Também no âmbito da Licenciatura em Engenharia Civil, estão em curso estudos com vista a oferecerem-se as seguintes opções: i) **Estruturas e Construção**; ii) **Planeamento e Engenharia Municipal**.

Rela
váric
func
Cha
grar
e dc
que
No
me:
edu
nú
Co
inc
rei
Lí
ii)
In
G
di
c
a
c
N
C
i
t

Relativamente à pós-graduação prosseguem estudos visando a criação de vários mestrados, esperando-se que pelo menos alguns deles entrem já em funcionamento em Outubro de 94.

Chamamos a atenção para o facto da UBI pretender dar nos próximos anos grande prioridade à pós-graduação, pois é através dos cursos de mestrado e doutoramento que se poderão incentivar as actividades de investigação, o que é fundamental para a afirmação e o prestígio de uma universidade.

No futuro espera-se que pelo menos um quarto dos nossos alunos frequente mestrados e doutoramentos, até porque em face da evolução do sistema educativo, a licenciatura banalizar-se-á, aumentando consequentemente o número de candidatos à pós-graduação.

Com vista à melhoria da qualidade do ensino, do sucesso escolar e do incremento da capacidade de investigação e de prestação de serviços realizaram-se as seguintes acções: i) Instalação de um **Laboratório de Línguas**, fundamentalmente destinado ao apoio do ensino de línguas vivas; ii) Instalação de um **Laboratório de Sistemas de Gestão da Produção Industrial**, essencialmente destinado ao apoio aos alunos dos cursos de Gestão e Economia cujo equipamento foi adquirido com verbas provenientes da Medida O do Programa Ciência; iii) Instalação de um **Centro de Óptica**, cujo equipamento foi adquirido com verbas do Programa Ciência, destinado ao desenvolvimento de actividades pedagógicas e de investigação, bem como ao apoio à indústria, na área do controlo de qualidade.

No âmbito da colaboração — tanto a nível académico como da prestação de serviços — foram assinados convénios com as seguintes instituições:

i) Ministério do Emprego e Segurança Social; ii) Câmara Municipal da Guarda; iii) Empresa agrícola da região Maba Agro-Bio; iv) Banco de Portugal; v) Universidade Ryutsu Keizai (Japão) em cerimónia realizada na

UBI; vi) Universidade do Minho; vii) Universidade Tecnológica de Cracóvia; viii) Universidade Tecnológica de Wrocław⁽⁴⁾.

Tendo em vista o apoio à UBI na promoção e desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social e económico do país, através de acções e actividades que se repercutam especialmente nesta região, foi criada a FUNDAÇÃO NOVA EUROPA/UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, cujos Estatutos foram publicados no Diário da República de 28 de Janeiro de 1994. Trata-se de uma instituição de carácter privado, o que desde logo lhe confere maior liberdade de actuação para concretizar os objectivos a que se propõe, podendo inclusivamente concorrer directamente aos fundos comunitários.

Ainda no domínio da cooperação com o meio exterior, empenhámo-nos, conjuntamente com outras entidades, na criação do **Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior** o qual, tendo sido já aprovado e financiado pela Direcção-Geral das Políticas Regionais da Comissão das Comunidades Europeias, irá funcionar nas instalações do **Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional** desta Universidade e contará, para o desempenho das suas actividades, com a colaboração dos nossos docentes e técnicos superiores.

Será também de referir a participação da UBI no Consórcio encarregado do lançamento do PoSAT I.

Salienta-se ainda que no âmbito da Presidência Aberta sobre o Ambiente, recebemos no passado dia 9 de Abril, Sua Excelência o Presidente da República, Doutor Mário Soares, que mais uma vez teceu elogios ao modo como estão a ser recuperados os edificios fabris degradados destinados a instalações desta Universidade, ao harmonioso entrosamento do antigo

⁽⁴⁾ Refira-se que os dois últimos convénios com Universidades Polacas são assinados no dia de hoje.

com o moderno e à correcta integração de todo o conjunto arquitectónico no respectivo espaço envolvente.

É oportuno referir que, ao apoiar a instalação de grande parte da UBI em antigos edifícios fabris — o que implica maiores encargos financeiros e um longo e aturado trabalho prévio de reconhecimento — o Governo, por intermédio do Ministério da Educação, está a contribuir simultaneamente, de um modo relevante, para a recuperação do património histórico e a valorização urbanística da cidade da Covilhã.

Porém, para a concretização dos objectivos programados — e lembro que a UBI se encontra respectivamente a 50% do que planeia realizar até aos anos 2000 a 2005 e a 35% do que projecta até 2015 a 2020 — permito-me fazer notar que, para além do apoio do Governo, são imprescindíveis o empenho e a determinação da Câmara Municipal da Covilhã, empenho e determinação estes que por certo não irão faltar.

7 - INVESTIGAÇÃO, PROGRAMA CIÊNCIA E PROGRAMA PRAXIS XXI

Sendo a investigação uma das actividades fundamentais da universidade, desde o início ela foi considerada na UBI uma prioridade a ter em conta, até porque, sem investigação, o ensino ministrado não passará de mera e rotineira transmissão de conhecimentos, pois, de acordo com a velha sabedoria chinesa: "o que se ouve, esquece; o que se vê, lembra; o que se faz, compreende-se".

Evidentemente que o desenvolvimento das actividades de investigação exige meios humanos e infra-estruturas adequadas, bem como o suporte financeiro necessário a uma eficaz continuidade dos projectos a desenvolver, medidas que em Portugal nunca foram convenientemente planificadas nem

estruturadas à escala nacional, apesar de realizações pontuais de grande mérito. Esta falta de planificação explica, em grande parte, as assimetrias existentes no desenvolvimento do nosso País, situação que, graças aos fundos comunitários, tende a modificar-se.

No caso concreto da UBI, o apoio financeiro proveniente do **Programa Ciência** permitiu um passo significativo na criação das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento da nossa capacidade científica. Na realidade, as dotações provenientes de uma **Acção Orientada** e da **Medida O** daquele programa, permitiram-nos proceder à aquisição de diverso equipamento laboratorial e computacional destinado à investigação nalguns domínios específicos do maior interesse para as actividades aqui desenvolvidas.

Evidentemente que, para além das infra-estruturas, a investigação exige recursos humanos constituídos não só por elementos altamente qualificados e experientes, mas também por jovens verdadeiramente empenhados no prosseguimento de uma carreira científica.

Neste domínio, a UBI dispõe já de uma capacidade e dinâmica apreciáveis em face da experiência científica de muitos dos seus doutores e do número de jovens assistentes envolvidos em mestrados e doutoramentos.

Apesar do que já foi realizado, estamos bem conscientes do muito que há ainda por fazer no domínio da investigação para sermos um **Centro de Excelência** capaz de ombrear com instituições congéneres a nível europeu. Esperamos que o **Programa Praxis XXI** constitua a oportunidade para darmos mais um passo significativo neste sentido.

Há, de facto, indícios promissores de que assim venha a ser, pois no âmbito da área de ciência e tecnologia do **Plano de Desenvolvimento Regional (PDR)** para os próximos 6 anos, a UBI está envolvida nos dois seguintes programas: i) **Programa de Investigação sobre Ciência e Tecnologia do Papel e Materiais de Embalagem**, desenvolvido com especial ênfase na

zona cer
aglutinac
Naciona
cujo grup
Universi
científica
elevada
Espera-
a capac
projecto
a ser at
Uma ve:
conta e
nomeac
A fim de
em curs
recurso
as ver
destina
para o
sejam :
Cumpr
elevad
à Secr
Profes
presta
deposi
Conta
capaci

zona centro do país e coordenado pela UBI onde se situará o pólo aglutinador das actividades científico-tecnológicas a desenvolver; ii) **Programa Nacional de Investigação em Ciência e Tecnologia Aeroespaciais**, de cujo grupo de trabalho faz parte um dos nossos docentes. Espera-se que esta Universidade venha a ser dotada de infra-estruturas significativas nesta área científica, área em que se dispõe já de um corpo docente apreciável e de elevada qualidade.

Espera-se ainda, através do Programa Praxis XXI, poder vir a desenvolver a capacidade de investigação das nossas unidades científicas submetendo projectos aos concursos que, entretanto, no domínio deste programa vierem a ser abertos.

Uma vez que ele contempla também a formação de recursos humanos, a UBI conta aproveitar esta oportunidade para qualificação do seu pessoal, nomeadamente aos níveis de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento. A fim de fazer face às despesas correntes com as actividades de investigação em curso e simultaneamente poder rentabilizar a capacidade científica dos recursos humanos existentes e explorar os equipamentos adquiridos com as verbas da Acção Orientada, a UBI candidatou-se aos fundos da JNICT destinados ao **financiamento plurianual das unidades de investigação para os próximos 6 anos**, esperando-se que os pedidos apresentados sejam satisfeitos.

Cumpre-me, a propósito, manifestar o meu reconhecimento pessoal e elevado apreço não só à JNICT e ao seu Presidente, mas muito especialmente à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia na pessoa do seu titular, Professor Doutor Manuel Fernandes Tomás, pelo apoio que nos tem sido prestado, bem como pelas atenções dispensadas e a confiança em nós depositada.

Contamos continuar a merecer esta distinção para incrementar a nossa capacidade de investigação.

8 - MASSIFICAÇÃO DO ENSINO E DEGRADAÇÃO DA SUA QUALIDADE

A frequência do Ensino Superior em Portugal cresceu 100% de 1987/88 a 1992/93, ano em que a população estudantil atingiu cerca de 250 000 alunos, valores estes seguramente superiores em 1993/94.

A profunda evolução havida está bem patente no facto de que, até 1973, só uma minoria ascendia à Universidade enquanto que, actualmente, cerca de 30% do grupo etário de referência, entre os 20 e os 24 anos, frequenta o Ensino Superior.

Esta percentagem é idêntica e até nalguns casos superior à dos restantes países comunitários, estando previsto pelo Ministério da Educação que, em breve, a mesma ainda seja ultrapassada de forma significativa.

Para este explosivo crescimento contribuiu consideravelmente o Ensino Superior Particular e Cooperativo.

No corrente ano lectivo o número total de vagas foi de 67 000, das quais cerca de metade é proveniente de instituições privadas.

Saliente-se que, pela primeira vez, o número total de vagas oferecidas superou o número de candidatos.

Há que reconhecer que este notável crescimento quantitativo trouxe consigo a degradação da qualidade do ensino, tanto a nível científico como a nível pedagógico, bem como um considerável aumento do insucesso escolar.

Para isto terão contribuído vários factores de entre os quais destacamos:

i) Falta de preparação e de maturidade de muitos alunos que ingressam na Universidade; ii) Pouca exigência no acesso ao Ensino Superior; iii) Permissividade de todo o sistema educativo; iv) Escassez de docentes qualificados científica e pedagogicamente e muitos deles sem vocação para a profissão que exercem; v) Superlotação de turmas; vi) Insuficiência de instalações e equipamentos.

Nãc
perl
mui
ente
ao a
Ass
form
form
Dev
aevi
luga
ligac
todo
Ente
Univ
não
fund
Por f
form
para
nece
Funç
— e
Impõ
send
— o c
a res
Há q
para
e dig

DE

la

os,

só

ca

io

es

em

no

ais

as

go

rel

os:

ra

is-

os

ão

ie

Não é tarefa fácil corrigir globalmente a situação existente, não só pelas perturbações a que as medidas a tomar dariam lugar, mas também por que muitas delas levam tempo a produzir os seus efeitos. Mas, em nosso entender, algumas há que podem e devem ser tomadas a fim de se obstar ao aprofundamento da crise.

Assim, julgamos que deve ser alterada a lei de acesso ao Ensino Superior por forma a exigir-se a quem entra na Universidade maturidade suficiente e uma formação académica adequada ao curso que cada um se propõe frequentar. Deverá ser revisto o Estatuto da Carreira Docente Universitária por forma a evitar-se que os Assistentes, após doutoramento, tenham automaticamente lugar assegurado como Professores Auxiliares na universidade a que estão ligados, o que leva nalguns casos ao empolamento do pessoal docente com todos os inconvenientes daí resultantes para uma eficaz gestão do sistema. Entendemos ainda que deve haver maior liberdade de acção por parte da Universidade no que respeita à contratação e dispensa do pessoal docente não pertencente ao quadro, devendo imperar neste domínio, fundamentalmente, os interesses da Instituição Universitária.

Por fim, julgamos também que deve ser modificada a Lei da Autonomia por forma a eliminarem-se certos aspectos demagógicos que nada contribuem para uma saudável e correcta gestão universitária. Mas, acima de tudo há necessidade de acabar com a permissividade generalizada existente na Função Pública — de que o absentismo é um dos exemplos mais flagrantes — e onde, para muitos funcionários, só há direitos e não deveres.

Impõe-se, em nosso entender, prestigiar e rentabilizar a Função Pública, sendo para o efeito indispensável o lançamento de um conjunto de medidas — o que em boa verdade sabemos não ser fácil — capazes de estimularem a responsabilidade e o profissionalismo dos seus agentes.

Há que pôr termo ao sentimento generalizado de que a Função Pública existe para dela nos servirmos e, pelo contrário, criar o espírito de a servir honrada e dignamente, para bem da comunidade.

9 - AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

Como atrás referi, o rápido crescimento do Ensino Superior teve como reverso a diminuição da qualidade do ensino e o considerável aumento do insucesso escolar, consequências altamente negativas e para as quais todos nós — alunos, pais, docentes, organizações sindicais, partidos políticos e órgãos de soberania — temos tido a nossa quota parte de responsabilidade. No sentido de se tentar ultrapassar esta situação, está em fase de lançamento um processo de avaliação das universidades portuguesas. Idêntica medida está em curso noutros países da União Europeia, defendendo-se mesmo a criação de um sistema de avaliação das instituições a nível europeu, face à necessidade de se preservar a qualidade do ensino e de se garantir o mútuo reconhecimento dos graus académicos.

Entendemos que na fase inicial da avaliação das nossas universidades, tal como foi manifestado pelo CRUP, esta deve revestir-se de um carácter pedagógico e formativo, ter em vista o diagnóstico de lacunas e a sua correcção e não envolver aspectos de penalização imediata, até porque muitas das causas das deficiências existentes são de natureza exógena. Haverá, por isso, que dar um tempo para a correcção das anomalias detectadas criando condições para o efeito de acordo com a peculiaridade das instituições. Só depois, caso não tenha havido evolução favorável, deverão ser aplicadas medidas de carácter moralizador.

Importa, como é óbvio, que seja assegurada a independência do sistema de avaliação em todas as suas vertentes.

Decorre, actualmente, por determinação do CRUP, uma experiência piloto de avaliação das universidades a que a UBI aderiu. Neste sentido, está em curso a auto-avaliação da Licenciatura em Física Aplicada, a que se seguirá a avaliação externa no quadro de um programa conduzido no âmbito da **Fundação das Universidades Portuguesas**.

Gostar
insuce
dissoc
nosso
profui
exclu
Só u
por u

10

Nc
pe
a
é
N
c
d
c
l

Gostaria de frisar que a degradação da qualidade do ensino e o elevado insucesso escolar que se verificam no Ensino Superior não se podem dissociar da qualidade dos ensinos a outros níveis e talvez até sejam, em nosso entender, alguns dos sintomas reveladores de uma crise mais profunda que não poderá ser resolvida por uma única entidade, nem exclusivamente através de recursos financeiros.

Só uma tomada geral de consciência da sua real dimensão, acompanhada por uma reformulação de valores, a poderão efectivamente superar.

10 - APOIO SOCIAL AOS ESTUDANTES

No quadro das actividades do Ensino, para além da qualidade científica e pedagógica, a Universidade deve ainda preocupar-se com o apoio social a prestar aos estudantes, entendido este no sentido mais lato do termo, isto é nos aspectos económico, social, cultural e desportivo.

Na verdade, este apoio, que através das suas múltiplas vertentes contribuirá para a formação integral do aluno e simultaneamente o protegerá de incertezas e especulações, nomeadamente no domínio do alojamento e da alimentação, irá favorecer o sucesso escolar.

É aliás, este, em geral, o entendimento por parte de qualquer instituição universitária.

Mas há que salientar claramente que o ensino superior, incluindo o apoio social, constitui um encargo elevado para o erário público e, por isso, os estudantes terão de se consciencializar das suas obrigações no que diz respeito à rentabilização do sistema educativo. Assim, eles próprios terão de pôr o maior empenho no seu sucesso escolar e ter em conta que o apoio social, em termos de bolsas, só deverá ser concedido a quem realmente o mereça e dele necessite.

E, em face do explosivo crescimento do sistema, há que reconhecer a necessidade de que os seus utentes contribuam parcialmente, na medida do possível, para o seu financiamento, devendo também, nesta ordem de ideias, os serviços de alimentação e alojamento tenderem para os custos reais de funcionamento.

Na UBI, tem-se verificado um crescimento acentuado no número de refeições servidas e no da concessão de bolsas de estudo. De 1992 para 1993 verificou-se relativamente àquelas um aumento de 30%, tendo-se atingido um total de 258 095 refeições; de 1993 para 1994 estima-se que o crescimento seja de 40% e o número de refeições servidas atinja as 360 000. Quanto à concessão de bolsas, são actualmente contemplados 20% dos alunos da UBI, percentagem esta que, exceptuando a Universidade dos Açores, é a maior de entre as universidades portuguesas.

Convém referir que em 1994, 45,3 % do Orçamento de Estado (despesas correntes) atribuído aos Serviços de Acção Social da UBI, é dispendido em bolsas de estudo.

No âmbito das infra-estruturas destinadas ao apoio social, a UBI tem, neste momento, em construção as duas "meias" residências a que já se fez referência, sendo uma feminina e outra masculina, com uma capacidade global de 176 camas, esperando-se que as mesmas fiquem concluídas até final do corrente ano. O seu financiamento decorre do Protocolo assinado entre a Universidade e o Ministério da Educação, em 2 de Novembro de 1992. Com elas e a libertação dos espaços a ter lugar com a construção da Sede dos Serviços de Acção Social, a UBI passará a contar, no início de 1995, com 510 camas.

Como se estima que no ano 2000 esta Universidade seja frequentada por cerca de 6 000 estudantes e supondo que 80% destes estejam deslocados do seu agregado familiar, haverá 4 800 alunos a necessitar de alojamento. Sendo intenção do governo construir residências universitárias para cobrir

25% da população estudantil deslocada, a UBI deverá dispor então de 1 200 camas e assim haverá que, até esta data, incrementar a nossa capacidade de alojamento, em mais 690. Mas, supondo que naquela data a UBI só seja frequentada por 5 000 alunos, como por vezes refere o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, um critério idêntico ao anterior implica que disponhamos então de pelo menos 1 000 camas, ou seja, mais 490 do que as 510 atrás referidas. Dispondo esta universidade de um projecto-tipo para residências de estudantes com a capacidade de 176 camas, a satisfação das necessidades atrás referidas justifica a construção, no mínimo, do equivalente a 3 novas residências, cuja capacidade será de 528 camas. Na prática, o que se pretende é completar as duas “meias” residências em curso e construir mais duas novas residências, sendo uma feminina e outra masculina, por forma a ter-se assim uma distribuição equitativa de camas pelos estudantes de ambos os sexos. Para a construção destas residências, tomando por base o custo médio de 2 000 contos por cama, incluindo mobiliário e equipamento, torna-se necessário o investimento de 1 050 000 contos. Por outro lado, a expansão da Universidade impõe o funcionamento, em 1997, de uma nova cantina com a capacidade de 400 lugares, cujo custo se estima, incluindo terreno, projecto, mobiliário e equipamento, em 150 000 contos.

No domínio das infra-estruturas destinadas à alimentação e alojamento torna-se, portanto, necessário um investimento, até ao ano 2000, de 1 200 000 contos, o que corresponde a um plano de investimentos no valor de 200 000 contos/ano.

Ainda no âmbito do apoio social aos estudantes, entendido no sentido amplo do termo, sempre considerámos do maior interesse que estes pudessem dispor de instalações próprias que lhes permitissem organizar-se para desenvolver actividades sociais, culturais e desportivas. Simultaneamente, fomentar-se-ia, assim, nos estudantes, através da experiência adquirida na

gestão dum património que lhes está afecto, um maior sentido de responsabilidade.

É por isso que temos defendido que, no âmbito dos Serviços de Acção Social, seja apoiada a construção da Sede da Associação Académica da Universidade da Beira Interior. Foi este também o entendimento do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior que, mostrando uma total receptividade, disponibilizou 25 000 c., em 1993, os quais acrescidos de 5 000 c. provenientes dos nossos Serviços de Acção Social, permitiram adquirir um edifício e terreno circundante para o efeito. Contudo, uma vez que este edifício necessita de obras de recuperação e adaptação, foi elaborado o respectivo projecto, o qual, integralmente financiado pelos Serviços de Acção Social da Universidade da Beira Interior, importou em 2 800 c. e que Vossa Excelência, Senhora Ministra, poderá hoje mesmo apreciar.

A fim de se proceder a essa recuperação torna-se indispensável uma verba de 58 000 contos. Constituindo a Sede da Associação Académica da UBI uma aspiração de longa data que consideramos justificada pelas razões atrás expostas, permito-me solicitar o melhor empenho da Senhora Ministra no sentido de apoiar a concretização deste projecto, uma vez que com ele se passará a contar com um instrumento que permitirá valorizar ainda mais as actividades da Associação Académica desta Universidade, bem como a formação dos nossos estudantes.

Aproveito a oportunidade para lhes manifestar o meu apreço, na pessoa do seu actual Presidente, o recém licenciado Doutor Pedro Gaudêncio, pelo conjunto de actividades que têm vindo a desenvolver com grande entusiasmo e empenhamento e que tanto têm contribuído para a divulgação e o prestígio da nossa Academia.

11 - CONCLUSÃO

A terminar reitero os meus agradecimentos a todos os presentes e em especial à Senhora Ministra da Educação pela disponibilidade manifestada em nos acompanhar nesta cerimónia de especial significado para a UBI.

Desejo os melhores êxitos académicos a todos os nossos alunos, em particular aos caloiros de 1993, bem como os maiores sucessos profissionais aos que vão terminar as suas licenciaturas no corrente ano. O triunfo dos nossos alunos é a melhor compensação para quantos temos trabalhado nesta casa, sendo devida uma palavra de merecido apreço a todos os que, com a sua dedicação e competência, têm contribuído para a realidade que hoje a UBI representa, apesar do muito que ainda está por fazer.

Para podermos prosseguir na tarefa em que estamos empenhados em prol do desenvolvimento desta região, peço toda a determinação e empenho de Vossa Excelência, Senhora Ministra, na resolução dos problemas a que me referi ao longo da minha exposição, de modo a não se atrasar mais a concretização do plano de desenvolvimento da Instituição.

Pela nossa parte exprimo-lhe, Senhora Ministra, a total disponibilidade para colaborarmos com Vossa Excelência, com lealdade e espírito de solidariedade institucional, tendo em vista tão só e sem quaisquer reservas, o interesse de Portugal.

A todos renovo o meu muito obrigado.

Covilhã e UBI, 30 de Abril de 1994